

Parecer / COLICIT nº 01/2024

Assunto: Parecer da Coordenadoria de Licitações sobre o pedido de esclarecimento / impugnação interposto pela empresa PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA ao pregão eletrônico nº 46/2023.

I. DA MOTIVAÇÃO

PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente estabelecido na Rua Dr. Álvaro Costa, na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 10.439.655/0001-14, por seu representante infra-assinado apresenta tempestivamente **IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO** nº 46/2023, pelas razões seguintes:

II. DA SÍNTESE DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE:

A recorrente argumenta conforme síntese:

(...)

I – DOS FATOS

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com a ausência de exigência do alvará emitido pelo Gsvg – Brigada Militar conforme legislação municipal.

III – DA OBRIGAÇÃO DE EXIGIR O ALVARÁ EMITIDO PELO GSVG – BRIGADA MILITAR

Está previsto na Lei 14.133/21 a exigência de atendimento previsto em lei especial:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico operacional será restrita a:

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

Conforme Decreto Estadual 32.162/86 e Lei Estadual 8.109/8 é de competência do Grupo de Supervisão de Vigilância e Guardas (GSVG) da brigada militar emitir alvará de autorização para empresas de segurança assim consideradas pelo Art. 11 da Portaria nº 96/EMBM/2001:

VIII – DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DE SEGURANÇA

Art. 11 – Serviços Próprio de Segurança consiste em atividade exercidas no interior de estabelecimento ou propriedades por Vigias, Porteiros ou Assemelhados, do próprio quadro de funcionário, com ou sem equipamentos eletro-eletrônico de filmagem, para impedir ou inibir a ação criminosa contra o patrimônio.

Esse senão é a posição do TJRS por meio do processo Nº 70080570500 (Nº CNJ: 0028959-10.2019.8.21.7000):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO. AÇÃO DECLARATÓRIA. TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS. ATIVIDADE DE PORTARIA/ZELADORIA. SEGURANÇA PRIVADA. O Departamento de Supervisão de Vigilância e Guardas (DSVG) foi criado pelo Decreto Estadual nº 35.593/94, tendo como uma de suas atribuições cadastrar, controlar e fiscalizar os serviços de vigilância particulares, conforme se verifica do seu art. 2º, inc. IV. Por sua vez, o Comandante-Geral da Brigada Militar, no uso de suas atribuições, editou a Portaria nº 96/EMBM/2001, da Secretaria de Justiça e da Segurança – Brigada Militar, que estabelece conceitos e procedimentos relativos aos serviços de segurança patrimonial e pessoal particular e assemelhados. Os serviços de portaria e vigilância privada são considerados serviço de segurança particular e, por isso, submetem-se à fiscalização da Brigada Militar, através do Departamento de Supervisão de Vigilância e Guardas – DSVG, e ainda ao recolhimento anual da taxa respectiva para custeio do serviço de fiscalização e autorização – emissão de alvará de licença. Assim, mostra-se cabível a cobrança da “licença e fiscalização, para funcionamento de organização de vigilância particular”, fundada no art. 3º da Lei Estadual nº 10.991/97, que estabelece a competência da Brigada Militar para atuar na fiscalização e controle dos serviços de vigilância particular no Estado. APELO DESPROVIDO. Data de Julgamento: 24-04-2019

(...)

III) DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

1. Incluir-se no edital a exigência de alvará vigente emitido pelo GSVA – Brigada Militar
2. Determinar-se a republicação do Edital, devidamente corrigido, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme legislação.

Nestes Termos, Pede Deferimento

IV. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA:

Em resposta ao pedido de impugnação encaminhado pela empresa Pedro Reginaldo de Albernaz Faria e Fagundes LTDA, referente ao pregão 46/2023, UASG 158126, decidiu-se alterar as exigências do Termo de Referência, de modo que a o Alvará de funcionamento emitido pelo GSVG passará a integrar o item 3.9. dos Requisitos da Contratação, conforme descrito a seguir:

Requisitos da contratação

3.9. Apresentar, no momento da assinatura do contrato, Alvará de funcionamento expedido pelo Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas (GSVG) da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, para que seja validado o acordo entre as partes. No caso de a empresa ainda não possuir o Alvará, será aceito comprovante de protocolo de entrada de documentos na autoridade supramencionada, devendo a documentação definitiva ser entregue ao IF Sul Reitoria, Câmpus Jaguarão e Câmpus CAVG, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar da assinatura do contrato.

Assim, conclui-se pela legitimidade de exigência do Alvará emitido pelo GSVG, alterando-se o Termo de Referência com a referida previsão. Contudo, optou-

se pela exigência do mesmo no momento de assinatura do contrato e não na habilitação, com fins de não limitar a participação de empresas de fora do Estado do Rio Grande do Sul no certame, sem prejuízo de atendimento ao princípio da isonomia.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da impugnação, com posterior análise dos argumentos apresentados na mesma, ou seja, deferir se esta foi interposta tempestivamente dentro de prazo estabelecido em Edital.

O impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail específico de nossa Coordenadoria de Licitações, sua impugnação, portanto merece ter seu mérito analisado.

Em relação ao pedido da impugnante, cabe a este pregoeiro acatar a análise e resposta de nossa área requisitante.

Assim, considerando o posicionamento enviado pela área técnica do Instituto Federal Sul rio-grandense e de que as alegações são de cunho técnico e específicas aos itens constantes no Termo de Referência, entendo como satisfatórias a definição estabelecida pela área técnica requerente em relação ao pedido da impugnante.

IV. CONCLUSÃO

Dado o exposto, considero como atendido os esclarecimentos e informamos que será acatada o pedido da impugnante, alterando o Termo de Referência para inclusão da exigência de alvará expedido por órgão fiscalizador. A abertura da sessão pública inicialmente prevista para a data de 11/01/2023 será suspensa e remarcada para nova data posterior, assim que publicada errata do Edital. Sendo assim, reconheço que a presente impugnação se deu de forma tempestiva e, diante das conclusões da área técnica, considera-se que a mesma é PROCEDENTE e que serão sanados os apontamentos do pedido realizado.

Pelotas, 9 de janeiro de 2024

Renan Conceição Goulart
Pregoeiro
Coordenadoria de Licitações
Instituto Federal Sul-rio-grandense